



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão do Desenvolvimento Regional*

---

**2013/2176(INI)**

28.11.2013

## **PARECER**

da Comissão do Desenvolvimento Regional

dirigido à Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

sobre como pode a União Europeia contribuir para a criação de um ambiente propício a que as empresas, consagradas ou em fase de arranque, criem emprego?

(2013/2176(INI))

Relatora de parecer: Karin Kadenbach

PA\_NonLeg

## SUGESTÕES

A Comissão do Desenvolvimento Regional insta a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Insiste em que a política de coesão para o período 2014-2020 representa um importante e eficaz instrumento para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, alcançar os objetivos da estratégia Europa 2020 e, ao mesmo tempo, apoiar, através de um vasto leque de medidas e instrumentos financeiros inovadores, a criação e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME), incluindo as microempresas, que constituem uma das principais fontes de emprego na UE;
2. Solicita aos Estados-Membros e às regiões que prevejam mecanismos de informação e de acompanhamento eficazes, a fim de permitir que as microempresas e as PME beneficiem de fundos europeus e adotem igualmente medidas ambiciosas no contexto do mecanismo conjunto de partilha de riscos mediante a agregação dos recursos orçamentais da UE, ou seja, do COSME, do Horizonte 2020 e dos fundos europeus estruturais e de investimento; recorda, além disso, que a crise económica e financeira dificultou o acesso das microempresas e das PME a créditos bancários e destaca, por conseguinte, o papel dos instrumentos financeiros no apoio às PME no novo período de programação 2014-2020;
3. Destaca as possibilidades de que as microempresas e as PME dispõem para aceder ao financiamento através de instrumentos e sistemas financeiros inovadores disponibilizados pelos fundos europeus estruturais e de investimento e sublinha a necessidade de alargar o âmbito destes instrumentos e velar pela respetiva clareza jurídica, designadamente instrumentos flexíveis de microfinanciamento, e de partilhar as práticas de excelência, tendo em conta que as dificuldades de acesso ao financiamento constituem um dos principais obstáculos ao crescimento das microempresas e das PME; recorda que o papel dos instrumentos financeiros poderá ser reforçado a fim de garantir fundos rotativos, estimular as parcerias público-privadas e alcançar um efeito multiplicador juntamente com o orçamento da UE; nesse contexto, acolhe com agrado o alargamento do âmbito de aplicação dos instrumentos financeiros a todos os objetivos temáticos e a todos os fundos europeus estruturais e de investimento no período de programação 2014-2020;
4. Afirma que, para preservar a coesão social na União, é indispensável combater as elevadas taxas de desemprego que se registam na UE, sobretudo entre os jovens e outros grupos vulneráveis, fomentando a competitividade e o emprego ao nível regional, bem como um espírito empresarial; solicita, por conseguinte, que os Estados-Membros usem os fundos europeus estruturais e de investimento para se concentrarem na criação de empregos sustentáveis e de oportunidades de negócio graças ao estabelecimento de um ambiente propício e de um quadro regulamentar adequado para as micro, pequenas e médias empresas e as empresas já consagradas ou em fase de arranque;
5. Assinala que os fundos europeus estruturais e de investimento concedem apoio às autoridades e aos agentes locais, regionais e nacionais para, entre outros aspetos, estimular a aprendizagem em contexto laboral, a investigação, o desenvolvimento e a inovação e melhorar a competitividade das microempresas (sobretudo empresas individuais) e das

PME, graças à cooperação com os domínios das ciências e da investigação, e, deste modo, ajudar a fazer face aos atuais desafios económicos e sociais, nomeadamente o elevado índice de desemprego;

6. Destaca que, no contexto de uma economia sustentável, as medidas de apoio ao crescimento, à inovação e à criação de empregos devem garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança assim como assegurar o equilíbrio entre as exigências económicas, sociais e ambientais, sem deixar de apoiar, entre outras vertentes, a especialização inteligente e respeitar os ecossistemas, a fim de criar empregos de qualidade e bem remunerados em todas as regiões da UE; sublinha, neste sentido, o importante papel que as empresas e o setor do ensino desempenham através de projetos transfronteiriços, da cooperação entre universidades e outros estabelecimentos de ensino de excelência e da criação de polos inovadores; insta a que se facilitem os programas locais e regionais de financiamento dos aprendizados;
7. Salienta que os fundos europeus estruturais e de investimento desempenham um papel importante no apoio ao emprego e a projetos concretos que visem reforçar a capacidade de empreendedorismo, de iniciativa e de criatividade das pessoas, mormente dos jovens; sublinha a necessidade de todos os Estados-Membros e regiões tirarem o máximo partido destes instrumentos para combater o desemprego juvenil; realça que, através dos fundos europeus estruturais e de investimento, as autoridades locais e regionais conferem particular atenção à promoção do espírito empreendedor a nível local e regional, com destaque particular para o arranque de novas empresas por parte dos jovens;
8. Assinala que as disposições dos regulamentos aplicáveis ao período da política de coesão (2014-2020) visam reduzir os encargos administrativos suportados pelas microempresas e pelas PME, nomeadamente no que se refere ao recrutamento de pessoas desempregadas, o que contribuirá para criar condições mais favoráveis à geração de emprego; insta os Estados-Membros a eliminarem os obstáculos à aplicação adequada dos fundos europeus estruturais e de investimento a fim de beneficiarem as microempresas e as PME.

## RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

<b>Data de aprovação</b>	28.11.2013
<b>Resultado da votação final</b>	+: 31 -: 0 0: 0
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	Luís Paulo Alves, Victor Boștinaru, Nikos Chrysogelos, Rosa Estaràs Ferragut, Brice Hortefeux, Danuta Maria Hübner, Vincenzo Iovine, Seán Kelly, Mojca Kleva Kekuš, Jacek Olgierd Kurski, Petru Constantin Luhan, Iosif Matula, Erminia Mazzoni, Miroslav Mikolášik, Jens Nilsson, Lambert van Nistelrooij, Jan Olbrycht, Younous Omarjee, Markus Pieper, Tomasz Piotr Poręba, Monika Smolková, Georgios Stavrakakis, Nuno Teixeira, Oldřich Vlasák, Hermann Winkler, Joachim Zeller
<b>Suplente(s) presente(s) no momento da votação final</b>	Karin Kadenbach, James Nicholson, Elisabeth Schroedter
<b>Suplente(s) (n.º 2 do art. 187º) presente(s) no momento da votação final</b>	Jill Evans, Carmen Romero López